



Racionalidades plurais e tradição crítica: repensando os limites da filosofia ocidental

Plural rationalities and critical tradition: rethinking the limits of western philosophy

Alexandre Leone¹

Resumo: Este artigo oferece uma crítica filosófica e histórica à tese de que apenas a tradição ocidental europeia pode ser considerada filosófica em sentido pleno, tal como defendido por Marco Aurélio Werle. A partir de um confronto com tradições intelectuais da Antiguidade, da filosofia medieval islâmica, judaica e cristã, bem como de correntes interculturais contemporâneas, o texto argumenta contra a oposição rígida entre filosofia e religião e contra a concepção de filosofia como sistema fechado. Defende-se que a filosofia não deve ser definida exclusivamente pela inserção em uma tradição ocidental contínua, mas reconhecida como campo plural de racionalidades, aberto ao diálogo com saberes historicamente diversos. Propõe-se, por fim, uma hermenêutica intercultural e menos normativa como alternativa à exclusividade canônica.

Palavras-chave: filosofia intercultural; eurocentrismo; religião e filosofia; racionalidade plural; tradição filosófica

Abstract: This article offers a philosophical and historical critique of the thesis that only the Western European tradition can be properly considered philosophical, as defended by Marco Aurélio Werle. Drawing on intellectual traditions from Antiquity, medieval Islamic, Jewish, and Christian philosophy, as well as contemporary intercultural perspectives, the text challenges the rigid separation between philosophy and religion and the notion of philosophy as a closed system. It argues that philosophy should not be defined solely by its continuity within Western tradition, but recognized as a plural field of rationalities, open to dialogue with historically diverse forms of thought. An intercultural and less normative hermeneutics is proposed as an alternative to canonical exclusivity.

Keywords: intercultural philosophy; Eurocentrism; religion and philosophy; plural rationality; philosophical tradition

1 Alexandre Leone é pesquisador colaborador do Departamento de Letras Orientais e do Centro de Estudos Judaicos da FFLCH-USP. É professor no Instituto Universitário Isaac Abarbanel, em Buenos Aires, e rabino da Associação Beit Midrash Massoret.

Introdução

O artigo “*A especificidade da filosofia ocidental europeia diante da filosofia oriental ou africana*”, de Marco Aurélio Werle, propõe uma reflexão sobre os critérios que definem a prática filosófica, defendendo a tese de que a filosofia, tal como se constituiu historicamente, é um fenômeno específico da tradição ocidental europeia. Segundo Werle, o que caracteriza propriamente a filosofia não é apenas o uso da razão ou da lógica, mas a inserção de um pensamento em uma tradição crítica autônoma, marcada por uma continuidade conceitual e por um diálogo interno. Com isso, o autor rejeita o uso do termo “filosofia” para designar saberes religiosos ou sapienciais de tradições orientais e africanas pré-modernas, considerando-os visões de mundo, religiões ou sabedorias, mas não propriamente filosofias.

Este artigo tem como objetivo oferecer uma crítica filosófica e histórica à tese de Werle, a partir do exame de tradições intelectuais que escapam à concepção restritiva de filosofia proposta pelo autor. Argumentarei que a distinção rígida entre filosofia e religião, tal como formulada por Werle, não se sustenta à luz da história efetiva do pensamento filosófico, especialmente no que diz respeito à Antiguidade Clássica e à filosofia medieval, tanto islâmica quanto judaica e cristã. Além disso, questionarei o pressuposto segundo o qual só haveria filosofia onde há uma consciência explícita de pertencimento a uma tradição ocidental europeia, apontando os riscos de um eurocentrismo conceitual que compromete a possibilidade de um diálogo filosófico genuinamente plural.

Para isso, adotarei uma abordagem temática e comparativa, organizada em torno de eixos críticos centrais, como a relação entre filosofia e religião, a historicidade da razão, a pluralidade das formas de racionalidade e os limites do conceito moderno de filosofia. Em vez de uma análise parágrafo a parágrafo do texto de Werle, propõe-se aqui uma leitura em confronto com tradições filosóficas concretas que contradizem ou relativizam seus pressupostos. Trata-se, portanto, de pensar a filosofia não apenas como herança conceitual, mas como campo de disputa interpretativa e intercultural, em que o reconhecimento da diferença é condição para a universalidade.

A noção de filosofia em Werle e seus pressupostos

No artigo em questão, Werle parte da ideia de que o conceito de filosofia está intrinsecamente ligado à tradição ocidental europeia iniciada na Grécia clássica, e que só pode ser compreendido adequadamente dentro desse horizonte histórico. Sua tese se ancora na noção de que a filosofia é uma prática conceitual de crítica interna contínua, com estruturação sistemática e encadeamento histórico, e não uma coleção de visões de mundo ou sabedorias isoladas. Ao privilegiar o critério da continuidade genealógica — especialmente por meio do conceito gadameriano de *Wirkungsgeschichte* (história dos efeitos) — Werle exclui da esfera filosófica formas de pensamento que não dialogaram diretamente com esse processo ocidental, como

as tradições orientais e africanas anteriores ao século XIX. Assim, filosofia é aquilo que participa da história da filosofia — um círculo conceitual que tende a se fechar sobre si mesmo.

No entanto, essa concepção implica um claro viés eurocêntrico, pois define a filosofia a partir de um modelo específico de racionalidade, institucionalidade e historicidade, atribuindo a outras formas de pensamento apenas um valor auxiliar, periférico ou derivado. Tal postura reforça a hierarquia entre centro e margem do saber, consolidando a filosofia europeia como norma e paradigma. Além disso, ao tomar a história como critério exclusivo de definição, Werle parece desconsiderar que diversas tradições não europeias também desenvolveram reflexões rigorosas, críticas e sistemáticas — embora fora do eixo conceitual platônico-aristotélico. A insistência na *Wirkungsgeschichte* como condição de filosoficidade, embora metodologicamente consistente, corre o risco de transformar a filosofia em um clube fechado por herança, negando à razão seu potencial universal e intercultural.

A relação entre filosofia e religião

Um dos pontos centrais da argumentação de Werle é a separação rígida entre filosofia e religião. Para ele, a filosofia se caracteriza como prática crítica, autônoma e histórica, enquanto a religião se funda em dogmas fixos, revelações sagradas e verdades imutáveis que dispensam o exame racional. Nessa perspectiva, pensamentos vinculados a tradições religiosas — como o budismo, o hinduísmo, ou mesmo certas expressões do judaísmo e do cristianismo — seriam, no máximo, sabedorias de vida ou visões de mundo, mas não propriamente filosofias. A incompatibilidade entre dogma e crítica seria, portanto, decisiva: onde há fé e autoridade revelada, não haveria espaço para o exercício filosófico pleno.

Essa concepção, entretanto, não resiste a um exame mais atento da própria história da filosofia antiga. Os pitagóricos, por exemplo, cultivavam uma filosofia indissociável de práticas rituais, crenças na transmigração da alma e uma vida em comunidade ascética, que hoje seriam facilmente rotuladas de “religiosas” — e, mesmo assim, suas contribuições matemáticas, metafísicas e éticas são fundamentais para a história do pensamento. Em Platão, a filosofia surge como um processo de conversão da alma, cujo fim é a contemplação do Bem em sua pureza ideal — uma tarefa espiritual, por vezes mística, que não exclui, mas incorpora mitos, símbolos e experiências de elevação. Filon de Alexandria, por sua vez, constrói uma poderosa síntese entre a fé judaica e o platonismo, interpretando alegoricamente as Escrituras à luz da razão filosófica. Em todos esses casos, o elemento religioso não só não impede o exercício filosófico como é condição para sua elaboração.

Essas figuras ilustram o que Pierre Hadot chamou de “filosofia como forma de vida”, isto é, uma prática existencial que transcende a mera argumentação conceitual e envolve transformação interior, disciplina do pensamento e orientação espiritual.

Para Hadot, os sistemas filosóficos antigos não se reduzem a doutrinas, mas são inseparáveis de uma forma de vida que frequentemente se expressa por meio de símbolos, mitos e exercícios espirituais. Isso implica que a relação entre filosofia e religião na Antiguidade era fluida, muitas vezes inseparável, e que o critério moderno de separação entre razão crítica e fé dogmática não pode ser projetado retrospectivamente sobre tradições que pensavam e viviam de outra maneira. A tese de Werle, ao não considerar essa complexidade, reduz indevidamente o conceito de filosofia e perde de vista sua dimensão existencial e transformadora.

As filosofias medievais e a racionalidade religiosa

A história da filosofia medieval oferece um poderoso contra-argumento à tese de Werle de que a presença de dogmas religiosos inviabilizaria o pensamento filosófico. Longe de serem esferas mutuamente excludentes, fé e razão foram, ao longo da Idade Média, concebidas como dimensões articuladas do saber e da experiência humana. Em diversas tradições — islâmica, judaica e cristã-latina — a filosofia floresceu justamente no interior de estruturas religiosas, sem perder seu rigor lógico, sua ousadia especulativa e sua capacidade de crítica interna. Ao invés de comprometer a racionalidade filosófica, a religião serviu, nesses contextos, como horizonte simbólico e existencial a partir do qual a razão podia operar em profundidade.

Na tradição islâmica, por exemplo, al-Farabi, Avicena (Ibn Sina) e Averróis (Ibn Rushd) desenvolveram sistemas filosóficos de enorme sofisticação conceitual, integrando elementos do platonismo, do aristotelismo e da teologia islâmica. Al-Farabi descrevia o profeta como o análogo político do filósofo, ambos guiados pelo intelecto ativo; Avicena estruturou uma metafísica centrada na distinção entre o necessário e o contingente, com um Deus racional como causa primeira; Averróis defendeu a harmonia entre religião e filosofia, distinguindo entre os diversos níveis de linguagem da revelação e da demonstração filosófica. Nenhum desses pensadores viu contradição essencial entre a fé islâmica e o exercício pleno da razão — ao contrário, eles viram a filosofia como via para aprofundar o entendimento da verdade revelada.

No pensamento judaico, Maimônides representa o ápice dessa conciliação. Em sua obra *Guia dos Perplexos*, ele afirma que a Torá, corretamente interpretada, jamais contradiz a razão demonstrativa. Recorrendo à filosofia aristotélica, Maimônides busca compreender os atributos divinos, a criação do mundo e a natureza da profecia, frequentemente reinterpretando os textos sagrados de modo alegórico. Para ele, a fé não exclui o uso da razão, mas a requer como meio de elevar-se ao conhecimento mais alto possível para o ser humano. Ao insistir em que há níveis diversos de compreensão — do popular ao filosófico — Maimônides reconhece a religião como linguagem múltipla, na qual a filosofia ocupa um lugar superior, mas jamais externo ou hostil à tradição.

Já na escolástica latina, Tomás de Aquino exemplifica a tentativa sistemática de síntese entre a razão filosófica (particularmente aristotélica) e a fé cristã. Para Aquino, há verdades que a razão pode alcançar por si só (como a existência de Deus), e outras que só a revelação pode fornecer (como o mistério da Trindade). Contudo, ambas as ordens do saber pertencem a um mesmo Logos, e jamais podem entrar em contradição. Em sua *Suma Teológica*, Tomás utiliza instrumentos conceituais rigorosos — distinções, silogismos, análises ontológicas — para lidar com questões religiosas, demonstrando que o discurso teológico pode ser também um exercício filosófico elevado. Em vez de ver a fé como barreira à razão, Tomás a concebe como ponto de partida e de chegada de um caminho intelectual disciplinado, onde o intelecto é iluminado pela graça, mas jamais dispensado de seu esforço próprio.

A pluralidade filosófica e o desafio da interculturalidade

Werle dedica parte significativa de seu texto a advertir contra o que chama de uso “anacrônico” de categorias filosóficas ocidentais na leitura de textos não europeus. Segundo ele, aplicar termos como “ontologia”, “substância” ou “metafísica” a autores como Nāgārjuna seria projetar sobre esses pensamentos uma linguagem e uma lógica que lhes são alheias, criando uma falsa equivalência com a tradição ocidental. Embora essa crítica contenha um alerta metodológico válido — o risco de universalizar indevidamente um vocabulário localizado — ela também revela uma tensão: Werle utiliza esse cuidado como justificativa para negar a esses pensamentos qualquer possibilidade de reconhecimento filosófico pleno. Isso conduz a um paradoxo: exige-se que um pensamento não ocidental fale a linguagem da tradição ocidental para ser considerado filosofia, mas quando o faz, é acusado de se submeter a um anacronismo artificial.

Diferentemente dessa postura defensiva, diversas correntes contemporâneas têm buscado construir pontes interculturais legítimas, fundadas não na equivalência forçada de vocabulários, mas na abertura a outras formas de racionalidade e de experiência. A Escola de Kyoto, no Japão, por exemplo, combinou elementos do budismo zen com o idealismo alemão, criando uma filosofia própria que opera tanto com o vazio quanto com a linguagem dialética. O pensamento africano contemporâneo, em autores como Kwasi Wiredu ou Paulin Hountondji, propõe a elaboração de uma filosofia africana crítica, que não se reduz nem a folclore nem à repetição dos modelos europeus. As correntes decoloniais latino-americanas, por sua vez, questionam os alicerces coloniais do universalismo europeu e propõem que a filosofia só pode ser verdadeiramente crítica se reconhecer os múltiplos lugares de enunciação dos sujeitos históricos. Essas iniciativas não pretendem “encaixar” pensamentos alternativos no cânone ocidental, mas desafiar o próprio modo como o cânone é constituído.

Diante disso, a ideia de que a filosofia ocidental constitui um sistema coeso, autossuficiente e fechado — como sugere Werle ao insistir na tradição como critério

de definição — torna-se cada vez mais insustentável. A própria história da filosofia ocidental é marcada por disputas, rupturas, heresias, reformulações e injunções externas que a obrigaram a se redefinir constantemente. A pluralidade filosófica não é um fenômeno contemporâneo acidental, mas um dado estrutural do pensar humano. Ao invés de proteger fronteiras, o desafio atual da filosofia é assumir-se como campo em disputa, no qual diferentes tradições, linguagens e experiências possam dialogar, confrontar-se e até transformar-se mutuamente. Reconhecer essa pluralidade não implica diluir critérios, mas reformulá-los em chave mais inclusiva, crítica e intercultural.

Considerações finais

A análise crítica da tese de Marco Aurélio Werle permite constatar que a definição da filosofia exclusivamente a partir de sua tradição ocidental europeia, embora historicamente coerente dentro de certos parâmetros, revela-se insuficiente diante da complexidade e da pluralidade das racionalidades humanas. A filosofia, desde suas origens, não foi um bloco homogêneo, mas uma constelação de práticas reflexivas, existenciais, políticas e espirituais. Seja nas escolas pitagóricas e platônicas da Antiguidade, nas sínteses medievais entre fé e razão, ou nas manifestações contemporâneas de pensamento em contextos não ocidentais, o que se encontra é uma multiplicidade de formas de filosofar que não cabem dentro de um único modelo histórico ou cultural.

Nesse sentido, os limites da tese de Werle se tornam evidentes: ao privilegiar exclusivamente o critério da inserção histórica na tradição europeia, ele ignora que outras tradições também desenvolveram formas racionais, críticas e sistemáticas de pensar, ainda que não compartilhando da mesma genealogia conceitual. Além disso, sua distinção rígida entre filosofia e religião parece anacrônica quando confrontada com exemplos históricos concretos — antigos e medievais — nos quais a experiência religiosa não apenas coexistia com o exercício filosófico, mas o nutria e o justificava. No contexto atual, em que a filosofia se abre para questões decoloniais, interseccionais e interculturais, manter uma definição tão estreita do que é filosofia pode servir mais à preservação de fronteiras de poder do que ao enriquecimento do pensamento.

Como alternativa, propõe-se aqui uma abordagem hermenêutica intercultural, capaz de reconhecer a diversidade das tradições filosóficas sem impor a elas os mesmos critérios normativos de legitimidade. Isso significa abandonar a pretensão de uma universalidade abstrata, substituindo-a por uma universalidade negociada, histórica e aberta ao dissenso. Em lugar de proteger um legado estático, trata-se de ativar a filosofia como espaço vivo de tradução, confronto e criação — um espaço onde diferentes racionalidades possam se encontrar sem que uma precise silenciar ou rebaixar a outra. Tal abertura não nega a importância da tradição ocidental, mas recusa sua exclusividade como critério de pertencimento ao pensamento filosófico.

Referências bibliográficas

- AVICENA. (2020). *A metafísica do Shifā'*. Tradução de João Paulo C. Braga. São Paulo: Loyola.
- AVERROES. (2005). *O decisivo tratado*. Tradução de Miguel Attie Filho. São Paulo: UNESP.
- CASANOVA, Jorge. (2008). *Filosofia intercultural: uma introdução*. Petrópolis: Vozes.
- HADOT, Pierre. (1995). *Exercícios espirituais e filosofia antiga*. São Paulo: Loyola.
- MAIMÔNIDES. (2007). *Guia dos perplexos*. Tradução de Esther Mucznik. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MIGNOLO, Walter D. *Epistemologias do Sul e pensamento decolonial*. [Recomenda-se indicar editora e ano, caso use edição impressa ou tradução.]
- NAKAMURA, Hajime. (1964). *Ways of Thinking of Eastern Peoples: India, China, Tibet, Japan*. Honolulu: East-West Center Press.
- QUIJANO, Aníbal. (2000). "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: *Revista do CES*, n. 1, 2000, p. 111-130.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2018). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- WERLE, Marco Aurélio. *A especificidade da filosofia ocidental europeia diante da filosofia oriental ou africana*.
- WIREDU, Kwasi. (1980). *Philosophy and an African Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.